

Ave

Constituinte

PARA BARRAR O ESCÂNDALO

JT. 27. 11. 87. 1º P. 4

Um projeto da Constituinte para acabar com o empréstimo sem juros aos deputados mineiros. Eles próprios, assustados, decidiram abrir mão — de outro abono escandaloso.

A "gratificação natalina" que os deputados estaduais mineiros iriam receber — no valor de um milhão de cruzados — virou assunto até da Constituinte. Ontem, o deputado Maurilho Ferreira Lima (PMDB-PE), com o apoio de dezenas de constituintes, apresentou um projeto de decisão que torna sem efeito o ato da Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. O "natalino", como está sendo chamada a gratificação, seria concedido na forma de um empréstimo, pela Caixa Econômica Estadual (Minascaixa), aos 77 deputados.

O projeto de decisão apresentado na Constituinte estabelece ainda que os deputados, que na data da promulgação do projeto de resolução já tiverem usufruído do dinheiro, devolverão aos cofres públicos a soma recebida, acrescida de juros e correção monetária. Segundo Ferreira Lima, a medida tomada pela assembléia mineira ameaça os trabalhos da Constituinte, "porque concorre para desmoralizar a credibilidade das instituições e da representação política". Também a bancada mineira do

Partido dos Trabalhadores quer breçar a concessão do empréstimo. Ontem foi encaminhada à Vara da Fazenda Pública e autarquias uma ação cautelar em nome do partido, sustentando a retirada do empréstimo. A ação judicial está sendo movida contra a mesa diretora do Legislativo mineiro.

Também o governador mineiro, Newton Cardoso, criticou o "natalino" e ainda reclamou do fato de os deputados estarem ganhando muito mais que ele. Garantiu que a Minascaixa não dará o empréstimo, apesar de o dinheiro já estar depositado há dois dias. Cardoso não considera "justo" mais esse privilégio aos deputados.

Defensores

Mas existe quem defenda o em-

préstimo. O deputado do PDS, Samir Tannus, com várias legislações, disse da "traição" que seria recusar o "natalino", se a maioria quer receber esse auxílio:

— Se eu assinasse qualquer documento contra esse empréstimo, estaria criando inimigos mortais dentro desta casa — disse Tannus.

Outros deputados alegaram que esse empréstimo é a salvação para suas dívidas contraídas durante a campanha eleitoral e também para sustentar gastos com seu eleitorado. O pedetista João Bosco Martins prometeu distribuir seu milhão: quer ratear a quantia entre cem "funcionários carentes do Legislativo Estadual" e disse que não precisa do "natalino" porque seu salário pago pela assembléia chega a sobrar no fim de cada mês:

— Recebo mensalmente quase Cz\$ 500 mil e além disso tenho um emprego na Rádio América que me dá mais que isso. Acho até que ganho mais do que mereço, disse Martins.

Tanta generosidade com dinheiro alheio foi uma iniciativa do presidente da Assembléia, Neif Jabour. O mesmo que está sendo executado por um outro banco estatal, o Credireal, pelo não pagamento de um empréstimo contratado em dezembro do ano passado, da ordem de Cz\$ 1,1 milhão, calculado hoje em mais de Cz\$ 4 milhões. Além de todos esses fatos, existe a intervenção do Banco Central sobre a Minascaixa, determinada há vários meses.

"Esforço constituinte"

Ante a avalanche de críticas

contra o "natalino", os deputados mineiros concordaram também em abrir mão de outro privilégio: vão suspender, até a instalação da Assembléia Constituinte do Estado, o acréscimo de Cz\$ 102 mil mensais aos seus Cz\$ 457 mil de salário, dados a título de "esforço constituinte".

A decisão de suspender o pagamento pelo "esforço" foi anunciada pelo deputado Neif Jabour, responsabilizado pelos outros deputados pelos "equivocos" que vêm ocorrendo na administração do Legislativo mineiro. Não se sabe porém qual o destino que será dado às duas parcelas do "esforço" já creditadas nas contas dos deputados, relativas aos meses de setembro e outubro.

Depois de levantada a denúncia, a bancada do PT apresentou um requerimento propondo a suspensão do auxílio. Os 17 deputados do PFL, a maior bancada de oposição na assembléia, também pediram a revisão dos critérios adotados na instituição do chamado "esforço constituinte", mas permaneceram indecisos quanto à restituição do dinheiro depositado em suas contas. A bancada peemedebista manteve um sólido silêncio ante esse episódio. O secretário geral do partido, deputado Keimil Kumaira chegou a comentar reservadamente que "em matéria de dinheiro, não se abre a mão, nunca".

Em Brasília, deputados federais e senadores de todos os partidos de Minas, que haviam prometido repudiar o empréstimo, tiveram uma reunião. Mas limitaram-se a manifestar sua "estranheza" com a atitude do Legislativo mineiro. Sem qualquer assinatura, os parlamentares mineiros distribuíram nota à imprensa onde afirmam que não compactuam "com abusos ou excessos que porventura existam no trato do dinheiro público".

Um empréstimo milionário. Para criar serviços que já existem.

Ninguém sabe para que Newton Cardoso quer 30 milhões de dólares, empréstimo que viria de um banco privado francês.

O governador mineiro diz que é "para informatizar" o Estado. Mas os deputados, inclusive do PMDB, estão segurando a aprovação da entrada

do dinheiro. E questionando: Informatizar o quê, se o Executivo e o Judiciário já têm seus serviços de informática? Na Secretaria

da Fazenda, mais mistério: o titular, João Batista Abreu, garantiu que não tem "a menor idéia" sobre o empréstimo ou sua aplicação.